

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça - Comarca de Campo Grande
6ª Vara do Juizado Especial Central - Juizado da Fazenda Pública

PROVA OBJETIVA E PROJETO DE SENTENÇA

SELEÇÃO - JUIZ LEIGO/TJMS

- **Somente abra este caderno quando autorizado pelo fiscal.**
- Quando for permitido abrir o caderno, que deve conter 08 questões objetivas de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta (valendo 0,25 pontos cada questão) e um caso prático para elaboração de um projeto de sentença (valendo 8,0 pontos), verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, deverá ser informado de imediato o fiscal de sala ou o magistrado presente.
- As respostas da prova objetiva deverão ser marcadas na folha de resposta e o projeto de sentença deverá ser elaborado no espaço delimitado e identificado para a questão. **A Folha de Resposta das questões objetivas não será substituída em qualquer hipótese. Em caso de erro de grafia na folha definitiva do projeto de sentença utilize apenas um risco simples na palavra/frase.**
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta, indelével, conforme determinações constantes do Edital nº 02, de 27 de janeiro de 2016, sendo vedado o uso de líquido corretor de texto ou de caneta hidrográfica fluorescente.
- É vedada a utilização de qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito.
- É vedado o uso de livros, códigos, manuais, escritos, impressos ou anotações, assim como os demais itens constantes do Edital nº 02, de 27 de janeiro de 2016.
- **Será entregue ao candidato folha definitiva para a redação do projeto de sentença e rascunho, não sendo fornecida folha suplementar.**
- **O gabarito com o caderno de prova e as folhas de resposta serão devolvidas ao fiscal de sala que anexará todo conteúdo à pasta do candidato, onde será lançado o nome e assinatura do candidato apenas no local indicado. Após a identificação, a pasta será lacrada, sendo vistado pelo Magistrado responsável pela condução dos trabalhos. A identificação pública das provas será realizada conforme edital publicado. É vedada a identificação do candidato em local não especificado pelo fiscal.**
- Os rascunhos deverão ser anexados após a folha de resposta definitiva, e não serão considerados na correção.
- A prova terá duração máxima de 04 horas, incluído o tempo para transcrição das questões na folha de resposta e textos definitivos do projeto de sentença. **Não será atribuído tempo adicional.**
- A saída do candidato só será permitida após 01 hora do início da prova, sendo que os três últimos candidatos permanecerão em sala, retirando-se em conjunto, após assinarem a Ata da Prova com registro da identificação.
- O gabarito das questões objetivas será liberado, por meio eletrônico, no site do Tribunal de Justiça, na página do concurso, a partir de 48 (quarenta e oito) horas após a data de realização da prova.
- A desobediência de qualquer determinação constante de edital ou deste caderno poderá implicar em anulação da prova.
- Em caso de dúvidas, dirija-se ao Magistrado-Fiscal da sala.

**Lei atentamente os enunciados.
Boa prova.**

1. Levando-se em consideração os artigos 81 e seguintes do CPC/1973, assim como a jurisprudência do Tribunal da Cidadania, **marque a alternativa correta:**

a) Tratando-se de ação em face da Fazenda Pública, a intervenção do Ministério Público é necessária independentemente da natureza do litígio, conforme disposição expressa do artigo 82, do CPC.

b) A ausência de intimação do Ministério Público para intervir no processo implica em nulidade desde o início do feito, conforme jurisprudência do STJ.

c) Independentemente da aquisição da maioria no curso do processo, a intervenção do ministério público é obrigatória, notadamente pelo fato de a natureza objetiva da condição da intervenção ser aferida quando da propositura da ação, em observância ao princípio da estabilização da lide.

d) O STJ tem sedimentado que a ausência de intimação do Ministério Público, por si só, não enseja a decretação de nulidade do julgado, a não ser que se demonstre prejuízo efetivo às partes.

2. Em relação às provas e revelia, **marque a alternativa correta:**

a) Ausente apresentação de documentos acerca de fato alegado pela Fazenda Pública, deve o juiz aplicar os efeitos materiais da

revelia, independentemente da natureza do objeto em litígio.

b) O Superior Tribunal de Justiça, em entendimento recente, não admite a utilização de prova emprestada quando não houver identidade de partes.

c) A parte autora possui direito processual de ser ouvida em depoimento pessoal, caso requeira ao juiz, sendo caso de nulidade o indeferimento pelo magistrado.

d) Não obtida a conciliação, caberá ao juiz presidir a instrução do processo, podendo dispensar novos depoimentos, se entender suficientes para o julgamento da causa os esclarecimentos já constantes dos autos, e não houver impugnação das partes.

3. Ainda, em relação às provas, **marque a alternativa incorreta:**

a) Segundo a Lei nº 9.099/1995, o Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum e técnica.

b) É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando recair sobre direito indisponível da parte ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

c) A parte, que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.

d) Segundo o CPC/1973, ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade.

4. Em processo judicial de ação de cobrança, apresentada contestação, o réu sustentou nulidade do contrato de compra e venda de veículo por vício de vontade. Observados os prazos para a apresentação do rol de testemunhas, na audiência de instrução e julgamento, o advogado do autor injustificadamente deixou de comparecer, estando presentes autor e suas testemunhas e o réu, seu advogado e testemunhas. Nessa situação hipotética, **marque a alternativa correta:**

a) A testemunha do autor deverá ser ouvida, não podendo ser indeferida a produção de prova testemunhal por ele requerida.

b) Pode ser dispensada pelo juiz a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.

c) O juiz não poderá realizar a audiência em razão da ausência injustificada do advogado do autor.

d) O juiz deverá adiar a realização da audiência, independentemente de justificativa da ausência do advogado do autor, em observância ao disposto no inciso II, do artigo 453, do CPC/1973.

5. Estão **excluídas** da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

a) todas as ações de natureza tributária.

b) as causas sobre bens móveis dos Estados, Distrito Federal e Territórios, suas autarquias e fundações públicas.

c) as ações de indenização em face dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, que não dependam de perícia.

d) as ações de mandado de segurança, execuções fiscais e demandas sobre direitos difusos e coletivos.

6. Sobre a audiência de instrução e julgamento e seus atos processuais correspondentes, **marque a alternativa incorreta:**

a) A parte será inquirida na forma prescrita para a inquirição das testemunhas, sendo defeso a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra parte.

b) A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo servir-se de escritos adrede preparados, não sendo permitido, todavia, a consulta a notas breves, ainda que objetivem completar esclarecimentos.

c) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

d) A testemunha não é obrigada a depor de fatos que lhe acarretem grave dano, bem como ao seu cônjuge e aos seus parentes consangüíneos ou afins, em linha reta, ou na colateral em segundo grau.

7. Conforme dispõe a Lei nº 9.099/1995, **marque a alternativa incorreta:**

a) Com objetivo de efetivar a celeridade e a conciliação no rito sumariíssimo, os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência e as demais questões processuais serão decididas na sentença.

b) Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

c) Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença.

d) Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.

8. **Marque a alternativa correta,** conforme disposição expressa da Lei nº 9.099/1995:

a) A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, incluída a arguição de suspeição ou impedimento do Juiz.

b) Não se admitirá a reconvenção e, mesmo havendo pedidos contrapostos, não poderá ser dispensada a contestação formal sendo que ambos serão apreciados na mesma sentença.

c) As testemunhas, até o máximo de duas para cada fato e para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

d) Ainda que não requeridas previamente, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Enunciado – Projeto de Sentença

Caso Prático

João e Maria, casados, em litisconsórcio, ajuizaram em 2015 ação em face do Município de Campo Grande alegando que o primeiro possui diabetes e que a insulina fornecida pela rede pública não é mais efetiva para seu tratamento, requerendo que seja o Município condenado ao fornecimento da Insulina X, não contemplada pelo SUS, conforme receita e laudo médicos particulares elaborados na data da propositura da ação. Sua esposa, Maria, alega possuir insuficiência renal e, igualmente, a medicação fornecida pelo Sistema Único não é capaz de estabilizar a enfermidade, que está se agravando. Requer, portanto, a condenação do Município para que forneça os medicamentos Y e Z, alegando que devem ser utilizados em conjunto. O laudo médico anexado por Maria, também recente, especifica a necessidade apenas do medicamento Y, não fazendo referência ao outro. Requerem, por fim, a condenação do Município ao ressarcimento dos valores gastos em 2007, na importância de 10 salários mínimos, quando utilizaram os referidos medicamentos naquele ano, sendo que após voltaram a utilizar os fornecidos pelo SUS, já que não possuíam condição de continuar o tratamento.

O Município de Campo Grande, em contestação, alegou incompetência do Juizado Especial da Fazenda Pública, em razão do valor da causa, já que o medicamento do autor João, pelo período de 12 meses, totalizaria 40 (quarenta) salários mínimos e os medicamentos de Maria, pelo mesmo período, 30 (trinta) salários mínimos, sendo que o valor de 70 (setenta) salários mínimos ultrapassa o teto previsto na Lei nº 12.153/2009. Sustentou que a CR/88 dispõe que a responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos é de todos os entes, estabelecendo litisconsórcio necessário entre a União, Estados e Municípios, razão pela qual a competência seria da Justiça Federal. Alegou ilegitimidade de parte, pois o Estado possui programas para tratamentos de diabéticos e renais crônicos, razão pela qual deveria ser extinto o processo, sem resolução de mérito. Alegou preliminar de prescrição em relação ao pedido de ressarcimento, pois o prazo de 03 anos, previsto no artigo 206, §3º, inciso V, do Código Civil, deveria ser aplicado ao caso. Alegou impossibilidade jurídica do pedido já que não pode fornecer medicamentos não previstos no protocolo clínico do SUS. Sustentou que não tem condição orçamentária para o fornecimento dos medicamentos e que aplica o mínimo constitucional previsto para a saúde, sendo que a crise econômica acentuou a queda da arrecadação. Por fim, requereu a improcedência dos pedidos.

A Câmara Técnica de Saúde – CATES (órgão do Tribunal de Justiça), após análise dos exames e laudos apresentados pelas partes, emitiu parecer favorável ao pedido de João e, em relação à Maria, apenas ao pedido do medicamento Y. Informou que o Estado possui programas específicos para as enfermidades dos autores e que os medicamentos requeridos são registrados

na ANVISA.

Realizada audiência de conciliação e, em sequência, instrução e julgamento, o Município deixou de comparecer, sendo que o autor requereu a aplicação dos efeitos materiais da revelia. Requereram, por fim, a concessão de tutela antecipada, anexando novos laudos que demonstram a urgência no fornecimentos dos medicamentos X e Y, para João e Maria, respectivamente, assim como a gravidade do quadro dos autores. Encerrado o ato, determinou-se a conclusão dos autos para sentença.

Observados os requisitos da sentença, previstos no CPC e na Lei nº 9.099/1995, elabore um projeto de sentença.

É vedada a identificação do candidato na sentença, sob pena de anulação da prova.